

Projeto garante punição a pichadores, com atenuantes



Ana Volpe

Ex-pichador, o grafiteiro Leandro Alves é monitor do projeto "Picasso não pichava", em Brasília, que quer mostrar aos pichadores formas legais de expressão artística

Segundo proposta em debate na CCJ, assumir o erro e corrigir os danos podem evitar condenação

Projeto do senador Tasso Jereissati, que pode ser votado pela CCJ, confirma a pichação como uma ato ilegal passível de prisão e multa, mas oferece aos autores a oportunidade de escapar das punições, desde que assumam a culpa antes de serem denunciados e se comprometam a reparar os danos causados. Especialistas discutem a distinção entre a simples pichação e o grafite, para muitos uma forma de arte. **4 e 5**

Seminário busca formas de proteger direitos autorais na era digital **2**

Quatro projetos do pré-sal já bloqueiam as votações

As propostas do governo para o marco regulatório de exploração das novas reservas tramitam em regime de urgência e estão obstruindo a pauta desde a sexta-feira passada. **3**

Duas MPs também trancam pauta do Plenário

Uma das medidas provisórias remaneja R\$ 18,1 bilhões do Orçamento deste ano, enquanto a outra MP destinou recursos para socorro brasileiro ao Haiti. **3**

Dedução do IR para despesas com educação de apadrinhados **7**

CAE discute novo reajuste para o Fundo de Garantia **7**

CCJ debate férias de 60 dias por ano para a Justiça **7**



José Cruz

João Tenório (E), Guilherme Palmeira, Fernando Collor, Renan Calheiros e Moacir Palmeira, na homenagem em Plenário

Sessão reverencia memória de Rui Palmeira

O Plenário do Senado homenageou na sexta-feira os 100 anos de nascimento do ex-senador alagoano Rui Palmeira, pai do ministro do TCU Guilherme Palmeira e do ex-deputado federal Vladimir Palmeira. A trajetória política e empresarial de Rui

Palmeira, marcada pela luta contra o autoritarismo, foi lembrada pelos senadores da bancada de Alagoas, que sugeriram a homenagem. Nesta quarta-feira, uma outra sessão solene vai lembrar o centenário da morte do abolicionista Joaquim Nabuco. **2 e 8**

A iniciativa da homenagem, que ocorrerá na quarta-feira, foi de Cristovam Buarque. Embaixador em Washington, Nabuco morreu em janeiro de 1910 na capital americana

Senado homenageia o abolicionista Joaquim Nabuco

O SENADO HOMENAGEIA, na quarta-feira, o escritor, diplomata, político e abolicionista Joaquim Nabuco. A iniciativa é de Cristovam Buarque (PDT-DF), em cumprimento à Lei 11.946/09, que instituiu 2010 como o Ano Nacional Joaquim Nabuco, para celebrar o centenário de sua morte, ocorrida em 17 de janeiro de 1910, em Washington.



Reprodução
Lei do ano passado instituiu o Ano Nacional Joaquim Nabuco

Nascido no Recife em 19 de agosto de 1849, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo foi também historiador, jurista e jornalista, além de ser um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Assumiu o cargo de embaixador do Brasil nos EUA, entre 1905 e 1910. Destacou-se por sua luta contra a escravidão, sendo fundador da Sociedade

Antiescravidão Brasileira, e pela crítica à Igreja Católica, que, em sua visão, não teria defendido a emancipação dos escravos. Defendia a liberdade religiosa e a separação entre Estado e Igreja. Casado com Evelina Torres Soares, teve cinco filhos: Maurício, diplomata e também embaixador do Brasil nos EUA; Joaquim, sacerdote católico; Carolina, escritora; Mariana; e José Tomás. Entre suas obras mais importantes estão: *O abolicionismo* (1883); *Campanha abolicionista no Recife* (1885); *O erro do imperador* (1886); *Escravos* (1886); *O dever dos monarchistas* (1895); e *Um estadista do Império* (1897-1899).

Seminário aborda proteção dos direitos autorais no mundo digital

Com o objetivo de discutir a questão dos direitos culturais em tempos de pirataria e de trocas gratuitas de arquivos digitais, o Senado Federal realiza amanhã o seminário Cultura Sustentável – Brasil, um imenso caleidoscópio cultural. Conhecido internacionalmente como um país com grande diversidade cultural, o Brasil pode ter sua cultura prejudicada pela pirataria? E como ficam os direitos autorais de artistas e autores? Serão esses os motes do encontro, que acontece das 14h30 às 19h no Auditório Interlegis, no Senado Federal.

A abertura do evento ficará por conta do presidente do Senado, José Sarney, seguida pelo primeiro painel, "Proteção do Conteúdo Nacional, Produção Cultural, Soberania e Identidade Nacional na Era da Convergência Digital". Participam desse primeiro debate os advogados Alexandre Kruehl Jobim e Luís

Roberto Barroso, o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-CE), o senador Marco Maciel (DEM-PE) e o escritor, professor e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), Domicílio Proença Filho.

O advogado Kruehl Jobim é professor da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e presidente do Copyright Committee da International Association of Broadcasting. Luís Roberto Barroso é professor de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O segundo painel terá como tema "Proteção do Direito Autoral no Ambiente Digital" e terá como debatedores o ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e vice-reitor da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), Carlos Fernando Mathias, o senador Hélio Costa (PMDB-MG), o compositor, músico e



Marco Maciel será um dos painelistas do evento que acontece amanhã

advogado Fernando Brant e os advogados Sydney Sanches e João Carlos Müller, consultor jurídico da Associação Brasileira de Produtores de Disco (ABPD) e ex-consultor jurídico da Polygram Discos.

Ao final do seminário, o cantor Leo Jaime fará um *pocket show* para os presentes. O evento é uma realização do Senado Federal, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e da Associação Nacional de Jornalistas (ANJ), com apoio do Interlegis.



Casagrande pediu audiência para discutir regras

senador Hélio Costa (PMDB-MG), assinou portaria que estabelece as diretrizes sobre como funcionará o "canal da cidadania", cuja programação será viabilizada por convênios do ministério com entidades civis municipais.

A portaria determina que a programação será preenchida com produções independentes, sob supervisão de um conselho de comunicação social instituído pelas câmaras de ve-

readores. O "canal da cidadania" não poderá ser usado para fazer proselitismo religioso ou político e não poderá ter propaganda paga.

O debate foi convocado pelo presidente da CCT, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a pedido do senador Renascentista Casagrande (PSB-ES). Foram convidados José Eduardo Filaridi, ministro das Comunicações; Ara Apkarian, superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações; Círcia Maria Krohling Peruzzo, professora de comunicação social da Universidade Metodista de São Paulo; e Pedro Ortiz, diretor da TV USP e do Canal Universitário de São Paulo (CNU).

CCT debate canal da cidadania da TV digital

Os senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) vão debater em audiência pública, nesta quarta-feira, como será o chamado "canal da cidadania", previsto no decreto do presidente da República que criou o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Conforme o decreto, a União poderá ter quatro canais de TV digital, para divulgação de atos do Executivo, para o ensino a distância, para a difusão de programas culturais e o "canal da cidadania", este para transmitir programações das comunidades locais e eventos dos governos federal, estadual e municipal.

Em março passado, o então ministro das Comunicações,

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Sessão apenas para debates

14h O Plenário reúne-se em sessão não deliberativa, sem a votação de projetos.



CI Recursos humanos e telecomunicações

18h Odécimo painel da Agenda Desafio 2009-2015 – Recursos Humanos para Inovação e Competitividade vai debater a formação de pessoal na área de telecomunicações. Entre os convidados para a audiência pública estão o presidente da Vivo, Roberto de Lima, e o superintendente de Administração Geral da Anatel, Rodrigo Augusto Barbosa.

Terça-feira

CAS Riscos do crack

9h A comissão debate o avanço e o risco do consumo de crack. Entre os participantes, o secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, Paulo Roberto Uchôa, e o presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, João Alberto Carvalho.

CRA Política de abastecimento

9h30 A comissão discute projeto que trata da Política Nacional de Abastecimento com os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, da Saúde, José Gomes Temporão, e o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hübner.

CE Apoio ao esporte

11h A primeira proposta da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Universitário de Apoio ao Esporte. Os senadores também analisam projeto que altera a Lei de Diretrizes e Base (LDB) para obrigar a exibição de filmes e audiovisuais de produção nacional nas escolas de educação básica.

Seminário Proteção aos direitos autorais

14h30 O Senado, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e a Associação Nacional de Jornais promovem o seminário Cultura Sustentável – Brasil, um imenso caleidoscópio cultural, sobre a proteção aos direitos autorais. Entre os participantes, os senadores José Sarney e Marco Maciel.

Quarta-feira

CCT Reunião conjunta sobre Fundo Social

8h30 Debates sobre o tema "As diretrizes para a operacionalização do canal da cidadania". Às 14h, audiência conjunta (CCJ, CAS, CE, CMA e CAE) sobre o Fundo Social. Entre os convidados, o presidente do Ipea, Márcio Pochmann, e o secretário de Políticas Econômicas (Minfaz), Nelson Barbosa.

CE Professores de educação básica

10h Em debate, projeto sobre formação de docentes da educação básica. Estão convidados, entre outros, o secretário de Educação da Paraíba, Francisco de Sales Gaudêncio, e a consultora da Secretaria de Educação Básica (MEC) Maria Machado Malta Campos.

CCJ Férias de magistrados

10h O presidente do Supremo, Cezar Peluso, fala à comissão sobre proposta que disciplina o direito a férias coletivas dos magistrados. Depois, análise de novo Regimento Interno do Senado de projeto que prevê auxílio a dependentes de militares falecidos no terremoto no Haiti.

CDH Administrações regionais da Funai

10h Audiência pública sobre a extinção de administrações regionais da Funai com o presidente da Fundação Nacional do Índio, Márcio Meira; a subprocuradora-geral da República, Raquel Elias Dodge; e o líder indígenista Carlos Pankararu, entre outros.

CCJ, CAE, CAS e CE Mudanças na Lei Pelé

11h30 As comissões de Constituição e Justiça; de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais e de Educação realizam audiência conjunta para analisar projeto que estabelece novas normas sobre esporte (a Lei Pelé).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no Jornal do Senado pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Duas MP também precisam ser votadas para desbloquear pauta, entre elas a que assegura verbas para ajudar o Haiti a se recuperar do terremoto

Quatro projetos do pré-sal já trancam votações

OS QUATRO PROJETOS relativos ao marco regulatório do pré-sal estão trancando a pauta de Plenário desde a última sexta-feira. Como tramitam em regime de urgência constitucional, têm prioridade de votação sobre as demais propostas, que só poderão ser analisadas depois deles, e após a análise de duas medidas provisórias.

As matérias que criam o marco regulatório do pré-sal são os Projetos de Lei da Câmara (PLCs) 309/09, que cria a Petro-Sal e recebeu nove emendas no Senado; o PLC 7/10, que cria o Fundo Social, com 12 emendas; o PLC 8/10, que trata da capitalização da Petrobras, com cinco emendas; e o PLC 16/10, que estabelece novos critérios para a distribuição dos royalties do petróleo e cria o regime de partilha de produção, com 54 emendas.

Em abril, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recomendou aos senadores da base governista que esses projetos sejam votados até o final de

maio. Para facilitar um acordo em torno das votações, Lula sugeriu que a parte mais polêmica do marco regulatório – a que trata da distribuição dos royalties – seja separada do PLC 16/10 e votada apenas em 2011.

MPs

Além dos quatro projetos do pré-sal, duas medidas provisórias (MPs) trancam a pauta. A primeira é a MP 477/09, que concede crédito extraordinário de R\$ 18,1 bilhões a ministérios e empresas estatais no Orçamento de 2009, a maior parte a ser aplicada em despesas de custeio e investimento em infraestrutura.

Já a MP 480/10 abre crédito extraordinário de R\$ 1,3 bilhão para diversos ministérios. Boa parte dos recursos está sendo aplicada pelo Brasil para ajudar na recuperação do Haiti.

Marcello Casal/Ab



Destruição em Porto Príncipe, após o terremoto de janeiro: MP 410/09 destina recursos para ajudar na recuperação do Haiti

Projetos receberam 80 emendas

As quatro iniciativas que constituem o marco regulatório para exploração do petróleo na camada pré-sal têm prioridade de votação no Senado

Projeto	Assunto	Emendas
PLC 309/09	Prevê a criação da Petro-Sal , que representará a União nos consórcios e na gestão dos contratos de partilha.	9
PLC 16/10	Define que a região será explorada por contrato de partilha do petróleo entre a empresa e a União.	54
PLC 7/10	Cria o Fundo Social , para destinar recursos ao combate à pobreza, à educação, à cultura, à inovação científica e tecnológica e ao meio ambiente.	12
PLC 8/10	Prevê o financiamento da Petrobras para a realização dos investimentos no pré-sal, com possível aumento da participação da União no capital da estatal.	5

Foto: Agência Petrobras

MP remaneja R\$ 18,1 bilhões do Orçamento

Dois medidas provisórias (MPs) estão trancando a pauta do Plenário e devem ser votadas com prioridade na sessão deliberativa de amanhã. A primeira é a MP 477/09, que concede crédito extraordinário de R\$ 18,1 bilhões a ministérios e empresas estatais no Orçamento de 2009, a maior parte aplicada em despesas de custeio e investimento em infraestrutura.

Já a MP 480/10 abriu crédito extraordinário, no valor global de R\$ 1,3 bilhão, para ministérios, incluindo recursos a serem aplicados na recuperação do Haiti (veja texto abaixo).

Além dessas MPs, também têm prioridade de votação os

quatro projetos enviados pelo Executivo que tratam do marco regulatório para a exploração de petróleo na área do pré-sal.

Petrobras

Do total de recursos previstos na MP 477/09, R\$ 15,5 bilhões foram aplicados em investimentos em empresas estatais. Os R\$ 2,6 bilhões restantes referem-se a despesas correntes e de capital, necessárias às ações do governo. Essa MP também anula a alocação de recursos no valor de R\$ 14,6 bilhões, dos quais R\$ 5,7 bilhões em investimentos de empresas estatais.

A Petrobras e suas subsidiárias foram as principais empresas

beneficiadas pela abertura do crédito, com recursos de R\$ 6,3 bilhões.

A Petrobras Distribuidora S.A – BR teve R\$ 131,1 milhões, enquanto a Petrobras Transportes S.A (Transpetro), R\$ 50,8 milhões. Os demais recursos nesse setor foram distribuídos da seguinte forma: Petrobras International Braspetro (R\$ 405,1 milhões); Transportadora Associada de Gás – TAG (R\$ 2,3 bilhões); Braspetro Oil Services Company – Brasoil (R\$ 45,5 milhões); Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A – TBG (R\$ 112,3 milhões; e Petrobras Netherlands B.V (R\$ 2,8 bilhões).

Maior parte dos recursos é para socorrer o Haiti

A MP 480/10 abre crédito extraordinário de R\$ 1,3 bilhão para a Presidência da República e os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Relações Exteriores; Saúde; Defesa; Cidades; e Integração Nacional. O dinheiro já vem sendo usado pelo governo para implementar os trabalhos de recuperação dos estragos causados pelo terremoto de janeiro no Haiti.

Os recursos da MP vão para a Presidência da República (R\$ 600 mil) e os ministérios da Agricultura (R\$ 70 milhões), Relações Exteriores (R\$ 35,3 milhões), Saúde (R\$ 135 milhões), Defesa (R\$ 205 milhões), Cidades (R\$ 150 milhões) e Integração Nacional (R\$ 394 milhões). Foram alocados ainda R\$ 384,1 milhões para transferências a estados, Distrito Federal e municípios, cuja supervisão cabe ao Ministério da Fazenda.

As verbas da Presidência têm sido empregadas no trabalho da área de inteligência, com vistas a coordenar ações reali-

zadas pelo governo brasileiro no Haiti.

O Ministério das Relações Exteriores implementa, com R\$ 35,3 milhões, ações de cooperação e de projetos humanitários no Haiti, por meio da concessão de apoio financeiro para fornecimento de serviços básicos, saúde, alimentação, alojamento e transporte à população daquele país.

Na área da saúde, R\$ 135 milhões têm permitido viabilizar ações no Haiti, tais como aquisição de ambulâncias e atividades de prevenção e controle de doenças transmissíveis, entre outras.

O Ministério da Defesa dispõe de R\$ 205 milhões para operações no Haiti como a recuperação da base de fuzileiros navais, além de aquisição de combustíveis e lubrificantes necessários para o transporte de pessoas, materiais e suprimentos.

Chuvas

Os recursos para o Ministério

da Agricultura vêm sendo destinados à reconstrução de estradas vicinais danificadas pelas chuvas que afetaram diversos estados brasileiros. Com relação ao Ministério das Cidades, os repasses estão custeando, segundo o governo, a construção de moradia para populações de baixa renda e para famílias que vivem em áreas atingidas pelas chuvas.

Os R\$ 394 milhões do Ministério da Integração Nacional também serão destinados ao atendimento de populações atingidas por desastres naturais. Parte dos recursos também têm sido usados na recuperação dos danos causados pelo terremoto.

O crédito destinado à transferência a estados, DF e municípios visa garantir, segundo o Executivo, o mesmo repasse de recursos dos fundos constitucionais concedidos em 2008 em relação a 2009, o que possibilitará o cumprimento das obrigações financeiras e da prestação dos serviços públicos essenciais.

Sarney: há “vontade geral” de votar reajuste dos aposentados

É “vontade geral” no Senado votar o mais rapidamente possível o reajuste de 7,72% para as aposentadorias acima de um salário mínimo, afirmou na sexta-feira o presidente do Senado, José Sarney. O reajuste foi aprovado na terça-feira passada pela Câmara dos Deputados.

Sarney ressaltou, porém, que há um problema regimental, uma vez que a pauta está trancada por medidas provisórias (MPs) e projetos que regulamentam a exploração do petróleo no pré-sal.

– Só podemos fazer a votação de qualquer matéria depois de votar as medidas

provisórias que trancam a pauta e cujos relatores nem apresentaram ainda os relatórios. Além disso, temos mais duas MPs que chegaram e já foram lidas. Acho difícil que a pauta seja reaberta para que possamos votar as matérias normais da Casa – informou.

Apesar disso, o presidente do Senado considerou que, como existe vontade de votar rapidamente o reajuste das aposentadorias, o tema “naturalmente vai sensibilizar as lideranças da Casa”.

– Acho que o mais rapidamente possível vamos desobstruir a pauta e votar essas matérias – disse.



Falta integração dos jovens ao espaço urbano, diz Miriam

Para socióloga, criminalização não resolve

A socióloga Miriam Abramovay, da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, há dez anos pesquisa o tema das gangues e da violência nas escolas do Distrito Federal. Ela explica que, na capital federal, as pichações estão estreitamente ligadas às atividades das gangues.

– A gangue é uma identidade: eles têm um nome, uma assinatura. A pichação é a vida deles. É um vício – aponta.

Na avaliação da pesquisadora, a pichação é reflexo, entre outros fatores, da falta de integração de jovens, principalmente das classes populares, ao espaço urbano: eles não sentem que a cidade também é deles e que é necessário cuidar dela, então se “apropriam” dela por meio das inscrições. Também devem ser consideradas como causas a falta de opções de lazer e as influências da “sociedade do espetáculo”, que estimula cada um a buscar algum tipo de notoriedade.

– Eles têm pouco acesso à sociedade em geral e aos bens da sociedade. A grande discussão é como o jovem pode se apropriar do espaço da cidade sem pichar – observa.

Levar em conta a característica gregária dos jovens, de buscarem sempre estar em grupo, também é importante, diz a socióloga, para se compreender o fenômeno das gangues e das pichações: “Eles sempre falam que [as gangues] são uma família, então eles têm de defender uns aos outros”.

A criminalização, para a pesquisadora, não é a solução para o problema das pichações.

– Você não pode misturar esses meninos com pessoas que mataram, que estupraram – argumenta.

Projeto em discussão na CCJ mantém previsão de prisão e multa, mas dá ao autor a oportunidade de se livrar das duas penas admitindo o erro antes de ser denunciado e corrigindo o dano causado

Proposta garante punição a pichadores, mas oferece chance de arrependimento

A PICHACÃO DA estátua do Cristo Redentor, em 15 de abril, reacendeu a discussão sobre como coibir esse tipo de vandalismo contra a propriedade pública ou privada. O caso carioca teve grande repercussão pela importância do monumento danificado, um dos principais símbolos nacionais, e que tem valor religioso, o que fez do gesto dos pichadores também uma profanação.

As pichações se tornaram parte inseparável do próprio cenário urbano brasileiro, embora se trate de uma prática ilícita, prevista na Lei de Proteção Ambiental como uma agressão ao meio ambiente, com pena de prisão de três meses a um ano, além de multa.

Para o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a atual legislação não tem sido suficiente para enfrentar o problema, principalmente quando o prejudicado é cidadão comum que tem seu patrimônio danificado. Ele propôs que o crime de pichação seja explicitamente inserido no Código Penal, que já prevê o crime de dano, como “destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia”.

O projeto do senador (PLS 378/03) está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Um texto alternativo foi elaborado pela relatora, Kátia Abreu (DEM-TO), que preferiu manter a criminalização da pichação na Lei de Proteção Ambiental, e não alterar o Código Penal, fazendo algumas modificações no texto de Jereissati.

Quanto à duração das penas previstas, a proposta não muda o que já está em vigor, mas cria duas condições atenuantes: se o pichador se arrepender antes de ser denunciado e restaurar o bem pichado à sua condição original, não receberá qualquer punição.

Se a restauração for feita depois da denúncia, a pena é reduzida em dois terços, de acordo com o substitutivo de Kátia Abreu, e pela metade, na proposta de Tasso Jereissati.

Se o infrator for menor de

idade, a medida socioeducativa aplicada deve ser reparar o dano por ele causado ou a prestação de serviços à comunidade, preferencialmente relacionados à recuperação de outros bens pichados.

Kátia Abreu aponta a “virtual ausência de repressão a esse delito que a todos incomoda” e diz que o projeto “acerta ao prescrever a extinção da punibilidade ou a redução da pena” em caso de reparação pelo infrator. A relatora também considera que a proposta dará mais clareza à legislação sobre o assunto, propiciando as devidas punições.

Jereissati afirma que, no caso dos danos a bem privado, “o procedimento criminal, na grande maioria das vezes, não prospera, por entenderem os juizes que não se aplica a norma penal (por se tratar de delito insignificante) e nem a norma ambiental (por não se tratar de patrimônio público)”.

Grafite

A proposta cita, além da pichação, o grafite entre as formas de “conspurar [sujar, macular] edificação, monumento, construção, muro, parede, placa ou qualquer bem urbano, público ou privado”. Para o ex-pichador e professor de grafite Leandro Alves, conhecido como TellHC, as duas práticas não deveriam ser misturadas na legislação.

– A pichação nada mais é do que vandalismo. E o grafite é arte – resume.

Enquanto a pichação é por natureza uma transgressão, uma agressão à propriedade alheia, o grafite, observa TellHC, costuma ser feito com o consentimento dos donos de muros e paredes. E, embora ainda reste algum preconceito contra essa expressão artística típica da cultura de rua, ela é cada vez mais aceita e valorizada. Para o grafiteiro, os murais quebram a monotonia do ambiente urbano e popularizam o acesso à arte: “A intenção é que o cenário urbano seja um grande museu a céu aberto”.



Pichações já fazem parte do cenário das grandes, médias e pequenas cidades: virtual ausência de repressão incomoda a todos, diz a relatora Kátia Abreu

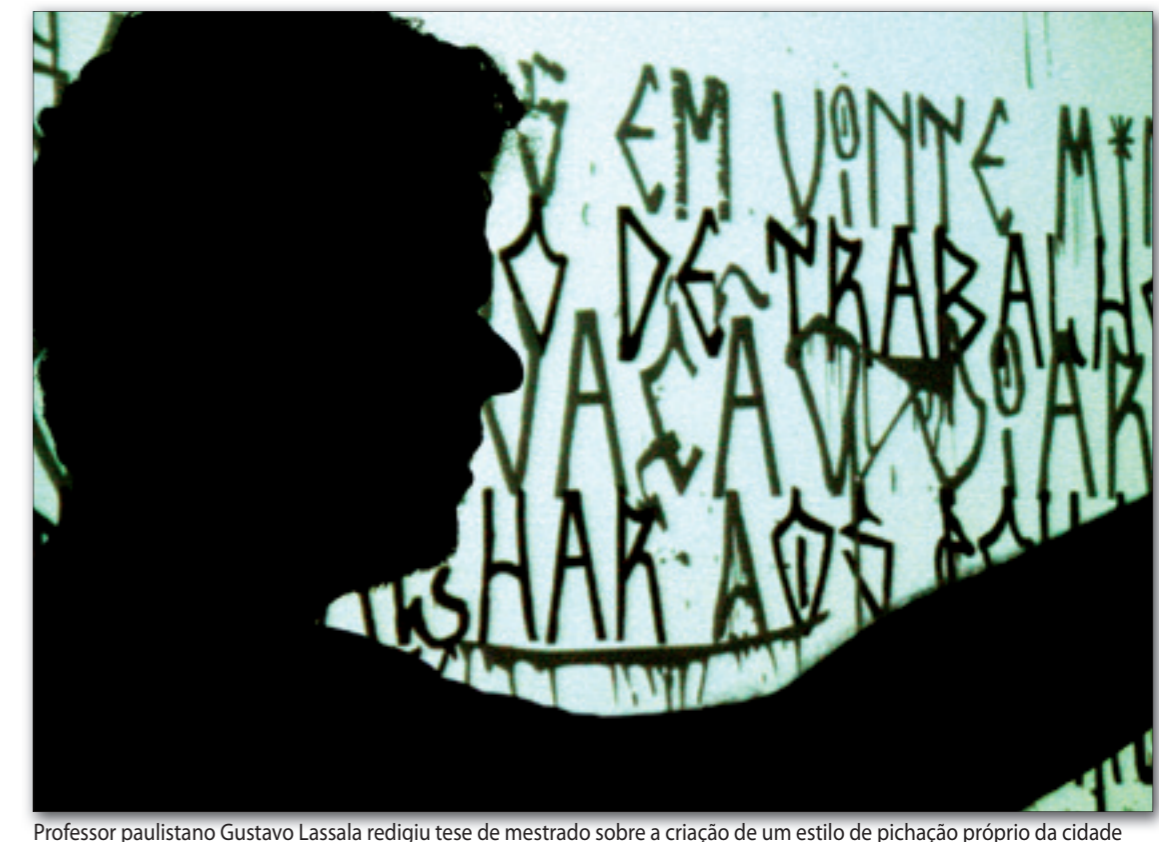
Cristo Redentor e Bial já foram alvos de ataques

Essa não foi a primeira vez que o Cristo Redentor foi pichado. Em 1991, dois jovens paulistanos viajaram ao Rio de Janeiro exclusivamente para pichar o monumento, deixando suas marcas na base da estátua. No mês passado, pichadores se aproveitaram dos andaimes em torno da escultura de 38 metros de altura, instalados para trabalhos de restauração, e alcançaram os braços do Cristo. Os primeiros responsáveis identificados pela polícia são Edmar Batista de Carvalho, de 24 anos, e Paulo Souza dos Santos, de 28 anos. Eles vão responder por crime ambiental e injúria difamatória.

Os dois se disseram arrependidos e participaram, no dia 30, de operação da prefeitura do Rio de limpeza de pichações no Novo Túnel, em Botafogo. A prefeitura respondeu à revolta popular com o episódio do Corcovado iniciando uma campanha antipichação. Apenas a recuperação do Túnel Novo custará R\$ 200 mil e será custeada pelo shopping Rio Sul.

Bial

Outro caso recente de pichação de grande repercussão na mídia foi o da Bial Internacional de São Paulo de 2008. O prédio de um pavilhão vazio da mostra de artes, chamado Bial do Vazio, no parque do Ibirapuera, foi atacado por cerca de 40 pichadores. O gesto causou polêmica na comunidade cultural, sobre se a pichação seria ou não um tipo de arte. O curador da Bial, Ivo Mesquita, tratou o ocorrido como vandalismo, enquanto outros intelectuais – até mesmo o ministro da Cultura, Juca Ferreira – defenderam os pichadores.



Professor paulistano Gustavo Lassala redigiu tese de mestrado sobre a criação de um estilo de pichação próprio da cidade

Paulistanos desenvolvem pixo e formam legião de seguidores

Em São Paulo, a pichação adquiriu contornos próprios. Até a palavra recebeu um “x” para designar especificamente o fenômeno paulistano, que também é conhecido pelo neologismo *pixo*. A *pixação*, de acordo com o professor de Design Gustavo Lassala, que pesquisou as inscrições na capital paulista para elaborar dissertação de mestrado, apresenta um tipo gráfico único no mundo, denominado *tag reto* ou *pixo reto*.

– As letras da *pixação* paulistana são alongadas, feitas com rolo de tinta e tinta cal, em condições de pouco equilíbrio, procurando ocupar grande parte do suporte e com buscação em alguns caracteres por meio de adereços, setas, caretas, ligaduras etc. – explica.

Lassala afirma que o estilo paulistano tem-se espalhado

pelo país. Segundo ele, o *pixo reto* se inspirou provavelmente de tipos gráficos de capas de discos de bandas de *punk rock* dos anos 1980. Hoje são a marca de uma cultura.

– Os *pixadores* se encontram regularmente em locais que chamam de *points*, trocam recortes de jornais onde aparecem seus *pixos*, colecionam isso em pastas, organizam festas e atualmente colecionam fotos e vídeos em álbuns virtuais pela internet – complementa.

O professor não considera a pichação uma forma de arte, mas, sim, vandalismo. No entanto, é contrário à criminalização dessa prática, que seria apenas mais “um sinal de que o organismo cidade não está bem”. Para ele, a pichação não deve ser tratada como “caso de polícia”.

Em Porto Alegre, denúncias levam a 240 prisões

Iniciativa pioneira no país, Porto Alegre mantém, desde 2006, um disque-denúncia para combater a ação dos pichadores. O Disque-Pichação (153), da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, já recebeu 1.175 denúncias, que levaram à detenção de 240 pichadores, sendo 156 adolescentes e 84 adultos.

Na capital gaúcha, o programa de combate às pichações e outros delitos contra o patrimônio atinge 56 bairros. As estatísticas mostram que a maior parte das denúncias de pichações se refere ao patrimônio particular (827) contra 348 em prédios públicos.

Picasso não Pichava: das ruas às oficinas de grafite

O estudante R.G., 15 anos, é um pichador arrependido. Ele afirma que escrevia com *spray* nos muros da cidade de Sobradinho (DF), em busca de fama, “para marcar território”, até que percebeu que isso não levava a nada. Com medo de ser pego pela polícia, parou de pichar. Diz que agia por conta própria, não participava de gangues nem é um aluno de baixo rendimento.

– A pichação é ruim, porque também eu não ia gostar que pichassem a minha casa. Onde eu pichei, quero pintar os muros, fazer um grafite – afirma.

R.G. frequenta uma oficina de grafite do programa Picasso não Pichava, uma iniciativa do governo do Distrito Federal, em parceria com a organização não governamental 100% Cidadania e o Banco de Brasília, que tem como objetivo o combate à pichação. Em dez anos, o programa atendeu 20 mil jovens.

Atualmente tem 1.200 alunos matriculados em quatro localidades do Distrito Federal.

O monitor da oficina de grafite de R.G. é outro ex-pichador. Leandro Alves, 27 anos, o TellHC, conta que, além de pichar, envolveu-se com gangues e drogas. Para ele, o desejo de se afirmar e de pertencer ao grupo é o que motiva a fazer pichações.

– O jovem quer chamar a atenção para si, ou usando drogas, dando trabalho na escola e para a família, ou degradando o patrimônio público, para obter fama – explica.

Ele acrescenta que “a picha-

ção é viciante”, porque envolve risco, adrenalina e que as gangues dão “a falsa ilusão de se ter uma família”. O grafiteiro critica as iniciativas legislativas no sentido de criminalizar a pichação e diz que ela é mais um reflexo dos problemas da juventude: “A questão é só de educação mesmo”.

Para a coordenadora do Picasso não Pichava em Sobradinho, Dora Portilho, a raiz do problema está na desocupação e na falta de perspectivas profissionais: “Muitos dizem que não têm o que fazer. Eles querem trabalhar, mas não têm emprego”.



Jereissati, autor do projeto: lei não tem sido capaz de enfrentar problema



Relatora, Kátia Abreu entende a pichação como crime ambiental

Uma prática milenar usada para protestos ou simples autoafirmação?

Sob a forma de protesto político, manifestação de revolta ou de desejo de autoafirmação, além de incontáveis outras razões, a pichação existe há milênios. Uma das mais

vivas provas dessa prática na antiguidade são as paredes da cidade romana de Pompeia, soterrada pelas cinzas de uma erupção do vulcão Vesúvio, no ano 79 depois de Cristo.

As cinzas deixaram as ruínas num estado de conservação incomum, praticamente congelando no tempo aquela comunidade romana até que o sítio arqueológico começasse a ser

escavado no século 18. As pichações de quase dois mil anos descobertas em Pompeia exprimem mandangas, declarações de amor e lemas políticos, entre outros motes.



Foto: Arqueologia



Leandro Alves (de pé), ex-pichador, hoje é monitor de oficina de grafite do programa Picasso não Pichava

Temporão destaca dificuldade das campanhas combater "mentalidade equivocada que associa o parto normal a dor e a problemas com a estética do corpo da mãe"

Ministro: estamos perdendo guerra contra cesáreas

HÁ UMA "EPIDEMIA de cesarianas" no país, afirmou o ministro da Saúde, José Gomes Temporão na última terça-feira, em debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. Se o número de cesarianas no setor público já é alto, o número verificado no setor privado "está fora de qualquer padrão", destacou.

A taxa de cesáreas do Sistema Único de Saúde (SUS) foi de 30% em 2006 – o percentual máximo indicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 15%. Pelos planos de saúde, a taxa naquele mesmo ano foi de 80%. No total, a taxa de cesarianas no Brasil é de aproximadamente 40%.

De acordo com estudos da OMS, o risco de morte pode aumentar quando as mulheres são submetidas a cesáreas sem que o procedimento seja realmente necessário. O ministro citou também a maior dificuldade para a recuperação da mãe e o maior risco de infecções pós-parto.

Apesar das campanhas de incentivo ao parto normal, promovidas pelo governo em parceria com associações de especialistas e a mídia, Temporão constata que "estamos perdendo essa guerra. É uma questão complexa que passa pela desconstrução de uma



Programa municipal de Olinda (PE) acompanha até o parto gestantes atendidas no pré-natal

consciência equivocada, a qual tem levado muitas mulheres a associar o parto normal a dor e a problemas com a estética de seu corpo", disse.

Mortalidade

Quanto à mortalidade materna, Temporão afirmou que reduzi-la é desafiador, mas pode ser feito. Entre as principais causas dessas mortes ele citou a hipertensão, hemorragias, infecções relacionadas ao parto, o aborto e doenças do aparelho circulatório complicadas pela gravidez. Tendo como base o ano de 1990, a queda registrada no país até agora é de 46% – informou. Temporão

disse que analistas atribuem esse resultado à melhoria da qualidade do atendimento no período pré-natal e do parto.

Representando a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FebRASGO), HÉlvio Bertolozzi Soares também defendeu a redução do número de cesáreas – embora argumente que o aumento dos índices de mortalidade materna não se deve ao procedimento, e sim aos problemas que aparecem desde o pré-natal. Ele observou que muitas mortes podem ser evitadas de forma preventiva. "É necessário mudar o sistema de atenção ao parto", disse.

Mozarildo denuncia estupros de indígenas em RR

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou ter recebido denúncias segundo as quais membros do Conselho Indígena de Roraima (CIR) "invadem a Comunidade do Contão, roubam meninas e as estupram". Para Mozarildo, essas atrocidades são feitas como forma de intimidar e dominar os índios daquela comunidade, que não aceitam as ordens do Conselho.

O parlamentar explicou que a comunidade é uma das várias etnias indígenas na Reserva Raposa-Serra do Sol, em seu estado. Para Mozarildo, a Reserva "é um *apartheid* intraétnico, porque são várias etnias que não pensam do mesmo jeito".



Mozarildo: problemas decorrem da demarcação equivocada da reserva

Mozarildo vai pedir que uma comissão temporária do Senado vá a Roraima averiguar a situa-

ção em que vivem os índios na reserva após sua demarcação. Segundo o senador, os índios estão "jogados em vários lugares" e já fundaram uma associação chamada Associação dos Excluídos da Raposa Serra do Sol.

No discurso, Mozarildo lamentou a expulsão de 300 famílias de produtores de arroz de terras que ocupavam na área hoje destinada à reserva. De acordo com o senador, o presidente Lula "deixou de ouvir a Comissão Temporária Externa da Câmara" que propunha uma demarcação não excludente, tirando 320 hectares de um total de 1,7 milhão de hectares da reserva para manter essas 300 famílias.

Simon diz que caso de motoboy é "emblemático"

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), o caso do motoboy Eduardo Luiz Pinheiro dos Santos, que teria sido torturado e morto em um quartel da Polícia Militar de São Paulo, "é emblemático". Ele disse que decidiu abordar a questão em Plenário, na sexta-feira, para refletir sobre outros casos similares "que estão acontecendo, mas passam ao largo das câmeras e dos holofotes".

Lembrando que não havia prova de envolvimento do motoboy em qualquer crime, Simon disse que, depois da cobertura jornalística do caso, o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Antonio Ferreira Pinto, confirmou que policiais militares torturaram



Simon: "Para os ricos há justiça, para os pobres, pancada"

e mataram o motoboy; e o comandante-geral da PM do estado de São Paulo, Álvaro Camilo, enviou uma carta à mãe da vítima pedindo desculpas.

Ao lembrar que a vítima trabalhava como motoboy e era negro, o senador afirmou que "a Justiça tem servido preferencialmente aos mais ricos; para os pobres, e principalmente para os negros, o que há é polícia e pancada".

Senadores podem se abster de emendas ao Ficha Limpa

Em novo apelo para uma decisão rápida do Senado em relação ao projeto Ficha Limpa, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu que os colegas se abstenham de apresentar emendas ao texto que virá da Câmara. Ele observou que as emendas farão com que a matéria retorne à Câmara, para que os deputados analisem as modificações. Se isso ocorrer, alertou, não haverá tempo para a aprovação final até 5 de junho, prazo limite para

que a lei possa vigorar já na próxima eleição.

Como está até o momento, o texto da Câmara estabelece que o candidato não terá direito a registrar-se, ficando inelegível, se tiver condenação confirmada em segunda instância ou se não tiver recorrido da condenação em primeira instância. A proposta entrou na Câmara como projeto de iniciativa popular, com mais de 1,5 milhão de assinatura de brasileiros.

Fábrica da Braskem será em Alagoas, diz João Tenório

A Braskem decidiu implantar em Alagoas mais uma fábrica de PVC, insumo básico para a indústria de plásticos, que absorverá investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão. Ao noticiar o fato em Plenário, o senador João Tenório (PSDB-AL) informou que o conselho administrativo da empresa, maior conglomerado petroquímico do país, "bateu o martelo" sobre a localização da nova instalação industrial no dia anterior.

– Acabamos de receber a informação, o que nos deixa muito felizes e orgulhosos com a nova Alagoas – comentou o senador.

A indústria será implantada



João Tenório: investimentos de R\$ 1 bilhão e 1,5 mil empregos diretos

no Polo Industrial de Marechal Deodoro, informou João Tenório. Segundo ele, as obras devem começar ainda em julho e devem gerar cerca de 1.500 empregos. Em plena operação, a unidade deverá produzir em torno de 220 mil toneladas de PVC por ano, volume próximo ao que a Braskem já processa atualmente.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Fernando Collor • Pedro Simon • Mozarildo Cavalcanti

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Presidente do STF debate 60 dias de férias para o Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) debate, nesta quarta-feira, a proposta de emenda à Constituição (PEC 48/09) que estabelece férias anuais de 60 dias para juizes e membros do Ministério Público, sendo 30 dias de férias coletivas e 30 individuais.

A PEC, do senador Valter Pereira (PMDB-MS), foi relatada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que apresentou voto favorável a sua aprovação.

Entre os convidados para a audiência pública, marcada para as 10h, está o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso. Logo em seguida à audiência, às 11h30, a CCJ examinará a pauta regular de votações, com 48 itens.

Os membros da CCJ participam, ainda na quarta-feira, de reunião conjunta com as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação, Cultura e Esporte (CE) para apreciar o projeto de lei da Câmara (PLC 9/10) que institui normas gerais sobre esporte. Será o terceiro debate sobre o tema.

Fundo Social

Às 14h, a CCJ participa de audiência pública conjunta – reunindo CAS, CE, CAE, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle –, desta vez para debater o projeto de lei da Câmara (PLC 7/10) que cria o Fundo Social a ser formado com recursos da exploração de

petróleo na camada de pré-sal. O objetivo do debate é acelerar o exame da matéria.

Três relatores dessas comissões já apresentaram seus pareceres. São eles Edison Lobão (PMDB-MA), pela CAE; Paulo Paim (PT-RS), pela CAS; e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), pela CCJ. Lobão, que era ministro das Minas e Energia quando os projetos foram elaborados, decidiu juntar à proposta do Fundo Social a parte do PLC 16/10 que muda o regime de exploração petrolífera, substituindo as concessões de exploração pelo regime de partilha. Entretanto, ele decidiu excluir toda a parte que trata de royalties.

Foram convidados para o debate, entre outros, o secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa; o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann; e o secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, Maurício de Albuquerque Wanderley.



Senador Valter Pereira é autor da PEC que será debatida na quarta-feira

CRA discute criação de Política Nacional de Abastecimento

Projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que cria a Política Nacional de Abastecimento será debatido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) amanhã, às 9h30. Foram convidados para o debate os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, e da Saúde, José Gomes Temporão, além dos diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hübner, e o da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado.

Crivella justificou o PLS 51/08 dizendo que o governo não pode prescindir de uma estrutura mínima de armazenagem e formação de estoques estratégicos. Para o senador, as ações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) precisam ser ampliadas, já que ela não cuida, por exemplo, de energia, reservatórios de água ou estoque de combustíveis.

– Torna-se necessária uma Política Nacional de Abastecimento, com uma articulação mais ampla entre os órgãos do Executivo. Esse projeto traz a preocupação fundamental de garantir direitos básicos aos brasileiros, sem perder de vista o equilíbrio fiscal. Sua aprovação permitirá que o Estado brasileiro tenha possibilidade de ações tempestivas diante de

calamidades regionais, uma vez que os estoques mínimos já se encontrarão disponíveis em cada local – afirmou Crivella.

A política pretende assegurar à população a oferta e a qualidade dos alimentos e dos insumos indispensáveis à sua produção, proporcionar o acesso a suprimentos médicos preventivos e emergenciais e reduzir o risco de falta d'água potável. Outra finalidade é garantir ao pequeno e ao médio produtor os preços mínimos e a armazenagem para a guarda e a conservação de seus produtos.

O projeto já passou pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Serviços de Infraestrutura (CI).



Marcelo Crivella: população precisa ter garantidos os direitos básicos

Tasso Jereissati propõe novo critério de correção do FGTS: em vez de taxa referencial de juros mais 3% ao ano, IPCA mais 3%, aumento considerado alto pelo relator



Garibaldi Alves Filho, que preside a comissão e é o relator do projeto, sugere fórmula alternativa à proposta por Jereissati

CAE vota projeto que muda critério de correção do FGTS

UM TRABALHADOR COM saldo de R\$ 100 na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em 1997 teria, dez anos depois, um poder de compra equivalente a R\$ 89, em decorrência dos efeitos da inflação no período, conforme as taxas apuradas pelo IPCA, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, usado pelo governo federal para definir metas inflacionárias.

A conta foi feita pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) para justificar o PLS 193/08, que muda critérios de correção dos recursos do FGTS e deve integrar a pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Jereissati argumenta que a fórmula de correção atual – taxa referencial de juros (TR) mais 3% ao ano – não acompanha a inflação e constitui flagrante injustiça com o trabalhador. Ele propõe uma nova fórmula para reduzir perdas: a inflação medida pelo IPCA mais capitalização

de juros de 3% ao ano.

O presidente da CAE e relator da proposta, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), diz ser necessário evitar as perdas dos trabalhadores mas considera alta a remuneração dos saldos de um fundo que banca empréstimos subsidiados para fins sociais. Outro problema, segundo Garibaldi, está relacionado aos crescentes gastos do governo com seguro-desemprego. Em 2009, essas despesas totalizaram R\$ 19,6 bilhões, cerca de 33% superiores às do ano anterior, de R\$ 14,7 bilhões. Também o número de beneficiados foi o maior já registrado: 7,7 milhões de trabalhadores, ante 7,1 milhões que receberam o benefício no ano anterior.

O relator propõe, então, uma alterna-

tiva à fórmula sugerida por Jereissati. A correção mensal se faria pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e a capitalização de juros corresponderia a um percentual da diferença entre a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e o INPC (veja abaixo). O projeto já foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e terá decisão terminativa na CAE.

Proposta do relator

Fórmula busca evitar perdas acentuadas, como hoje, e garantir funções sociais do FGTS

permanência do trabalhador	correção mensal	limite anual
até 2º ano	15% da diferença entre a Selic e o INPC	3%
do 3º ao 5º ano	20% da diferença entre a Selic e o INPC	4%
do 6º ao 10º ano	30% da diferença entre a Selic e o INPC	5%
a partir do 11º ano	40% da diferença entre a Selic e o INPC	6%

Dedução de gastos com educação de apadrinhados

Os gastos com a educação de crianças e adolescentes apadrinhados, feitos por meio de doação a instituições assistenciais de utilidade pública, poderão ser descontados do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF). É o que prevê o projeto de Lei do Senado (PLS) 378/09, a ser analisado pela Comissão de Educação (CE) em sua reunião de amanhã.

A intenção do autor, senador Jefferson Praia (PDT-AM), é estimular o apadrinhamento ou adoção à distância de jovens carentes, na avaliação dele uma importante forma de solidariedade social. Atualmente, apenas os gastos com a educação de crianças e adolescentes carentes dos quais o contribuinte detenha a guarda podem ser deduzidos.

Pelo projeto, os pagamentos devem ser feitos por doação ou intermediação de instituição assistencial declarada de utilidade pública que acolha os apadrinhados, conforme condições a serem fixadas em regulamento. O parecer do relator, senador Neuto de Conto (PMDB-SC), é favorável.

Outro projeto em pauta é o PLS 532/09, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que cria uma reserva de pelo menos 5% das vagas previstas nos concursos públicos destinados a preencher o quadro de professores da rede pública. A ideia é formar uma espécie de banco.

Extinção de postos da Funai é tema de audiência pública

Para discutir a suspensão ou a reformulação do Decreto 7.056/09, que extinguiu administrações regionais da Fundação Nacional do Índio (Funai), bem como postos de atendimento aos povos indígenas localizados em aldeias, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública na quarta-feira, às 10h.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CDH e autor do requerimento solicitando a audiência, pretende debater a possibilidade de o decreto ter violado o art. 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, conseqüentemente, o Decreto Legislativo 143/02, quando alterou as estruturas regionais de atendimento aos povos indígenas.

O artigo 6 da Convenção 169 da OIT determina que os governos signatários deverão “consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.”

Estão convidados, entre outros, o presidente da Funai, Márcio Meira; a subprocuradora-geral da República Raquel Elias Dodge; o vereador de Campinápolis (MT) Jeremias Pinita Awe; o presidente do Conselho Missionário Indigenista, bispo dom Erwin Käutler; o secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Rafael Lopes Torres; e o líder indigenista Carlos Pankararu.

Senadores homenageiam Rui Palmeira

O Plenário do Senado reuniu-se na última sexta-feira para celebrar o centenário daquele que o presidente da Casa, José Sarney, define como “um dos mais brilhantes articuladores políticos que por aqui passaram” – o udenista alagoano Rui Pal-

meira. Depois da revolução de 1930, o homenageado liderou em seu estado a luta pela redemocratização do Brasil. Constituinte em 1946, Rui Palmeira morreu em 1968, aos 58 anos de idade, quando exercia o seu segundo mandato de senador. Na sessão de sexta-

feira, juntamente a diversos senadores, os familiares do político alagoano testemunharam sobre sua ética, retidão de caráter e austeridade. Primeiro a assinar o pedido para essa homenagem, o senador Fernando Collor (PTB-AL) sublinhou em seu discurso

a repulsa do homenageado aos métodos autoritários e sua luta contra toda forma de injustiça. As preocupações de Rui Palmeira com as liberdades democráticas, a justiça social e a austeridade administrativa foram lembradas por todos os oradores da sessão.



Sarney (3º à dir.) preside sessão em homenagem ao centenário de Rui Palmeira, acompanhado de Fernando Collor (E), João Tenório, Guilherme Palmeira, Renan Calheiros e Moacir Palmeira

Foi um formador de consensos, resumiu Sarney

Líder udenista, Rui Palmeira foi “uma das figuras mais importantes da política brasileira do século passado”, afirmou o presidente do Senado, José Sarney.

– Tive a felicidade, bem jovem, como parlamentar, de acompanhar a atividade do senador Rui Palmeira nesta Casa. Ele era, sem dúvida alguma, um grande líder, um grande articulador, e tinha um prestígio extraordinário entre seus colegas e perante a política brasileira, pelas suas qualidades pessoais, pela sua inteligência, pela sua capacidade de articulação – relatou.

Sarney lembrou também que Rui Palmeira era um político respeitado por ser “um grande formador de consensos”. Isso, sem deixar de ter atitudes firmes quando necessário, “como aquela em que passou um telegrama contestando a proclamação do AI-5”.

Sarney ressaltou ainda que Guilherme Palmeira, Jorge Bornhausen e ele próprio foram os primeiros a iniciar um movimento dentro do PDS que levou à formação da Frente Liberal e que culminou por possibilitar “a transição democrática sem traumas”.

Renan destaca espírito libertário e democrático

O ex-senador Rui Palmeira dedicou toda sua vida ao ideal de democracia e justiça social, como um liberal clássico, um democrata convicto, sempre pluralista e avançado para o seu tempo. Assim o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), definiu o político alagoano.

Renan fez um histórico da vida política do homenageado, desde a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que reuniu as forças revolucionárias de 1930, contra a chamada Velha República, que tinha Minas Gerais e São Paulo como forças hegemônicas. O senador lembrou que a ANL era presidida em Alagoas por Sebastião da Hora e tinha entre seus membros, ao lado de Rui Palmeira, o escritor Graciliano Ramos.

– Aos poucos, a ANL perdeu densidade devido à miopia da esquerda, que conduziu o movimento a uma posição sectária e isolada – disse Renan.

Rui Palmeira, observou ele, foi um dos que tentaram evitar o esquerdismo radical, nocivo ao próprio Partido Comunista, levando a inúmeras baixas no partido. Conforme Renan, Rui Palmeira manteve-se corajosamente leal aos seus princípios.

João Tenório frisa simplicidade e inteligência

O ex-senador alagoano Rui Palmeira era introvertido, reflexivo e tinha horror ao ridículo e à ostentação. Assim o senador João Tenório (PSDB-AL) se referiu ao homenageado, ao usar palavras do ex-senador alagoano Teotônio Vilela em discurso proferido um ano após a morte de Palmeira.

João Tenório disse fazer questão de ressaltar “a alma do homenageado”. Rui Palmeira foi um conciliador e levava equilíbrio às relações políticas, apesar de ter vivido numa época em que a política alagoana era praticada com violência, inclusive com uso de armas, disse Tenório.

– A política exige, como um dos adornos da arte, poder de envolvimento, pronta capacidade de comunicação. E isso ele possuía – destacou Tenório.

A sua morte prematura aos 58 anos, disse João Tenório, foi uma perda para Alagoas e para o país, uma vez que ele trabalhava com “inteligência sutil e refinada pela construção de um país mais justo”.

– Não foi homem de mando, fortuna ou planos miríficos, foi aquilo que ainda se pode chamar de homem de bem em todo o rigor da expressão.

Collor exalta a postura contra o autoritarismo

Fernando Collor (PTB-AL) destacou a “repulsa aos métodos autoritários e antidemocráticos” sempre manifestada pelo homenageado e seu “incansável combate contra toda forma de injustiça e contra os frequentes desmandos no plano político”. O senador citou o fato de que Rui Palmeira expressou ao então presidente Costa e Silva sua discordância em relação ao Ato Institucional nº 5, editado em 1968.

Collor registrou que Rui Palmeira, advogado formado pela Faculdade de Direito do Recife, desenvolveu por ofício o magistério e o jornalismo e, por vocação, “entregou-se à política e à agropecuária”. Fundou a primeira usina de açúcar cooperada da América do Sul, tendo “papel decisivo” nas relações da produção canavieira do Nordeste.

Foram “22 anos de densa atuação parlamentar, entre meados da década de 1940 até sua prematura morte em 1968”, disse Collor, que também destacou sua participação na Assembléia Constituinte de 1946, quando Palmeira defendeu as prerrogativas do Congresso Nacional, a autonomia dos estados e as liberdades democráticas.

Homenagem justa e oportuna, diz Guilherme Palmeira

Guilherme Palmeira, filho do homenageado, lembrou os ideais de justiça e de fortalecimento da democracia que pautaram a vida pública de seu pai. Ele relatou a trajetória parlamentar de Rui Palmeira, desde sua estréia na Constituinte de 1946, até sua morte prematura, em 1968.

– Ele sempre colocou interesses públicos acima dos interesses privados – assinalou, relatando que seu pai fez da defesa da democracia brasileira sua razão de vida.

Além de deputado e senador, Rui Palmeira foi presidente do Tribunal de Contas da União (TCU).

– É com emoção que rememoro sua tristeza quando, já doente, soube da edição do Ato Institucional 5. Ele disse então que seriam 20 anos de ditadura, e estava certo. Esse diploma legal roubou a vida do meu pai e a esperança de toda uma geração de brasileiros – afirmou.

Guilherme Palmeira agradeceu ainda, em nome de sua família, à homenagem feita pelo Senado à vida pública e aos ideais políticos de seu pai, considerando a iniciativa “justa e oportuna”.

Líder udenista lutou pela redemocratização após o Estado Novo

Nascido em 2 de março de 1910, em São Miguel dos Campos (AL), Rui Palmeira foi o líder da antiga União Democrática Nacional (UDN), que deu intensidade aos movimentos políticos alagoanos posteriores à revolução de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder. Os senadores que pediram a homenagem enfatizaram sua luta em defesa da redemocratização.

Rui Palmeira foi ainda jornalista, advogado e pecuarista. Era pai do ex-governador e ministro aposentado do Tribunal de Contas da União (TCU) Guilherme Palmeira e do ex-deputado e ex-líder estudantil Vladimir Palmeira. Seu neto, Rui Palmeira, é deputado estadual em Alagoas.

Fundador do diretório estadual da UDN, após o fim do Estado Novo, em 1945, Rui

Palmeira foi eleito deputado federal em 1950. Posteriormente, elegeu-se senador, cargo que exerceu no período de 1955 a 1968. Após a extinção dos partidos, pelo regime militar de 1964, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Candidatou-se ainda, por duas vezes, ao governo de Alagoas: em 1947 e em 1965, tendo perdido as duas elei-

ções – a primeira para Silvestre Péricles de Góis Monteiro e a segunda para Muniz Falcão.

O ex-senador alagoano, que faleceu em 1968, fundou a primeira usina cooperativa da América do Sul e foi um dos organizadores do primeiro congresso de cooperativismo de Alagoas, bem como do congresso de banqueiros (donos de engenhos) do estado.



Rui Palmeira morreu aos 58 anos, depois de valorosa carreira política e empresarial